

O equívoco da *portugalidade*

Vítor de Sousa*

*Meu país desgraçado!...
E no entanto há Sol a cada canto
e não há Mar tão lindo noutro lado.
Nem há Céu mais alegre do que o nosso,
nem pássaros, nem águas ...*

Sebastião da Gama

Resumo

A *portugalidade* existe ou não passa de mera retórica para sublinhar a eventual qualidade do que é português? A tentativa de mitificar os feitos dos portugueses, nomeadamente através da epopeia dos Descobrimentos, que se assumiu como um dos pilares do Estado Novo, faz com que a *portugalidade* esteja datada nas décadas de 50 e 60 do séc. XX. Trata-se de uma construção, que atropela o processo de identidade dos portugueses, já que não espelha as suas idiossincrasias. Talvez por isso, distante das apropriações que se fizeram dos escritos de Camões ou de Pessoa para sustentar a tese em que assentou a propaganda do regime de Salazar, e bem mais perto de Paula Rego e do grotesco.

Palavras-chave: Portugalidade; Construção; Propaganda; Estado Novo; Grotesco

Introdução

Apesar de os nossos comportamentos serem condicionados por factores internos registados no nosso cérebro – fisiológicos, uns, e idiossincráticos e culturais, outros -, admite-se que a emoção tem, também, o seu peso em todo esse processo. Quando se fala de Portugal, esta observação parece fazer todo o sentido ...

O etnólogo Jorge Dias (1995: 34) defendeu que a cultura portuguesa é marcada pelo “profundo sentimento humano, que assenta no temperamento afectivo, amoroso e bondoso. Para o Português o coração é a medida de todas as coisas”. Trata-se de uma lógica que se destaca na psicologia portuguesa, sendo fácil de encontrar situações diárias em que se utiliza a expressão “saudade”, que é tida como a característica idiossincrática da sensibilidade portuguesa. De facto, traçar um perfil luso pode ter menos a ver com racionalidade do que com emoção, enquanto analisados sob a

* Mestrando em Ciências da Comunicação (Informação e Jornalismo), Universidade do Minho – vitordesousa@gmail.com

experiência subjectiva, associada ao temperamento, personalidade e motivação ou, como defende António Damásio (2005: S/P), confinando “essencialmente um programa de estratégias activas e cognitivas”.

Sendo o território de Portugal continental dominado, *latu sensu*, por um clima mediterrânico, com bastante sol durante todo o ano, paradoxalmente, ao contrário do que seria expectável, quem por cá vive parece ser dominado por sentimentos depressivos, observação que embora derive de um lugar-comum (os humores “variam” com o estado do tempo...), não deixa de fazer sentido. F. da Cunha Leão (1973: 205) sustenta que muitos autores já fizeram esse reparo, muito embora saliente que todos eles falharam no vaticínio. Por exemplo, cita Miguel de Unamuno, nas notas que escreveu sobre Portugal e a Galiza, que reputa de “fundamentais” para o estudo da idiossincrasia portuguesa, em que observa que “a panorâmica das atitudes, do comportamento e sentimentos mais flagrantes levou-o a dizer que somos um povo que só sabe chorar e troçar, um povo suicida”.

Delimitado por Espanha e pelo mar, Portugal situa-se no extremo ocidental da Europa e é muito procurado por causa do sol que predomina, nomeadamente na parte sul do país, fazendo adivinhar um povo alegre. No entanto, a realidade parece contrariar essa evidência, mais parecendo, às vezes, que o povo teima em empunhar a bandeira de uma tristeza que parece decorrer de um fatalismo a que se não pode fugir, de uma sina que implode e de uma saudade que corrói. Jorge Dias (1971) observa que o fatalismo, sendo uma das características do comportamento, é o modo de ser português.

Em Portugal cultivou-se (e ainda se cultiva...) a saudade fazendo-se do fado (destino) a canção-bandeira e dos Descobrimentos uma ideia sempre presente para ilustrar o potencial do país. Insiste-se “no grande aproveitacionismo de Camões para oportunismos de politicagem moderna” (Sena, 1980: 257), por cantar exactamente os grandes feitos dos portugueses na epopeia marítima, cola-se Fernando Pessoa e a sua “Mensagem” e fica composto um pretenso quadro quase idílico em que se sublinham as façanhas lusas e se chega à ideia de que, como escreveu Pessoa, se cumpriu o mar, mas que “falta cumprir-se Portugal”. Uma impotência, sempre, a pairar em nome de uma alegada *portugalidade*, denominação *prêt-a-porter*, aparentemente criada para servir interesses de alguns ou para vincar apenas os factos considerados positivos, deixando na penumbra todos os outros que também definem características comportamentais. Mesmo que poucos já saibam quem foi e o que aconteceu a D. Sebastião, convém aos defensores dessa *portugalidade* que o mito sebástico perdure e continue a pairar, qual

fantasma, num devir, mas cuja materialização tem sido medíocre e com poucas vantagens para os portugueses, que passam ao lado desse país virtual, embora sofram as sequelas de toda essa letargia na sua vivência quotidiana.

Das Descobertas ficaram as terras encontradas, a maioria já com gente dentro e com as suas próprias características. A maior parte, terras cheias de sol, mas que os portugueses tentaram que fossem de fado. Em Cabo Verde, não obstante o sol, ainda se fala em ‘sodade’... E, “saudade”, é uma palavra portuguesa, tendo a sua aproximação na Galiza, embora lá se expresse como ‘morriña’ (Leão, 1973). De resto, a saudade é tão portuguesa que Teixeira de Pascoaes a consagrou literalmente (dir-se-á, espiritualmente) como a maior revelação, a “essência” precisamente, da “alma portuguesa” - “Ó saudade! Ó fonte cristalina / Onde esta sede de infinito saciamos!” (Pascoaes, 1998: 231).

Mas, de que se fala quando se fala em *portugalidade*? Será da epopeia marítima que Agostinho da Silva justifica com a situação geográfica (periférica) de Portugal que sentiu o apelo do mar, porque, na sua perspectiva, a vida em Portugal se tornara asfíxiante? (Borges, 2000) Ou terá mais a ver com a atitude daqueles que ‘deram novos mundos ao mundo’ sublinhando uma cultura alegadamente ‘superior’, como assinala Boaventura de Sousa Santos (cit. em Machado, 2006: 41), porque imposta aos outros (aos “gentios”), num quadro em que “sendo a descoberta uma relação de poder e de saber, é o descobridor quem tem mais poder e mais saber?”.

Terá o povo português o sentimento entranhado de uma pretensa *portugalidade*? Ou será que o epíteto decorre de uma criação das hierarquias para incutir um sentimento chauvinista e nostálgico, emergindo de um mito em que se confunde o conceito de patriotismo com o de nacionalismo?

Depois do massacre de anos de toda esta lógica na estrutura educacional portuguesa, será que hoje ainda subsistem resíduos dessa alegada *portugalidade*? A subsistirem, será que assumiram outros contornos? Será que alguma vez o povo português “acompanhou” os marinheiros que saíram de Lisboa, nas naus, à conquista do mundo? Será que o Estado Novo tentou criar um mito, fazendo dessas façanhas bandeira, embora o povo permanecesse na miséria, não obstante alegre e conformado, por causa da inebriante propaganda que o massacrava frequentemente com o relato de uma promitente riqueza a realçar os encómios da epopeia? Ou tudo não passou de uma tentativa falhada, por deficiente planeamento, uma vez que o povo não vestiu a pele dessa alegada superioridade, nem usufruiu de qualquer riqueza, continuando

mergulhado num respirar muito ‘luso’, porventura ainda mais grotesco em que, não obstante os rótulos criados, apenas se exportaram hábitos vistos internamente, com cidadãos no limiar do analfabetismo, ignorantes e com reduzida educação a tentarem subjugar civilizações, numa extensão das suas próprias identidades e lógicas de obediência?

Faz sentido falar hoje de *portugalidade*? Será que tem o mesmo sentimento que emergiu da criação da nacionalidade, decorrente da matriz da luta de Afonso Henriques contra a mãe, perseguindo desejos de independência, expulsando, depois, os ‘maus’, os mouros, para que os ‘bons’, os “lusitanos”, encontrassem território para si próprios, culminando na coroação do primeiro rei do país em nome de Deus? Ou estará a *portugalidade* mais próxima da criação ‘Fátima’, como sustentáculo de um regime beato, impondo o medo e a mordaza a quem não pensava pela cartilha oficial? Ou mais ligada ao mundo do pontapé na bola, em que a explosão decorrente de um golo ‘a nosso favor’, de bandeira em punho, reflecte um sentimento nacional exacerbado?

Será que as visões de Paula Rego sobre Portugal serão mais certas do que as de Camões e Pessoa, talvez por ser mais difícil colocá-las ao serviço de uma qualquer ideologia por se tratar de uma construção visual da *portugalidade* (Rosengarten, 2009)?

Uma *portugalidade* de que muitos falam, mas que não se sabe muito bem o que significa, embora o uso do termo tenha tido um reforço de uso nas décadas de 50 e 60 do séc. XX, em pleno Estado Novo, o que faz com que, hoje, seja bem ponderada a sua utilização, a maior parte das vezes entre aspas, encontrando-se inclusivamente ausente dos dicionários de referência.

A propaganda do Estado Novo

Em 1933, o Governo de Salazar criou o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), liderado por António Ferro. Na dependência directa da Presidência do Conselho, o SPN fica encarregue de fornecer “uma imagem politicamente eficaz do regime dentro e fora das fronteiras do país” (Alves, 1997) e, juntamente com as artes plásticas, o teatro e o cinema, passa a integrar as práticas e discursos etnográficos no manancial de recursos culturais que coloca ao serviço da sua retórica nacionalista. Competia ao SPN “elevar o espírito da gente”, moldando uma nova mentalidade, baseada nas certezas

ideológicas do regime, “para que os portugueses não permanecessem na ignorância da sua Nação” (Silva, 2009: 4).

A mensagem do regime era passada “através de um discurso simples e objectivo, com ideias claras e incontrovertidas, que só poderiam levar à concordância geral, pois não havia o que discutir” (*ibidem*). O próprio Salazar impunha as balizas com base nos pilares do regime: “Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória no trabalho e o seu dever” (Salazar, 1961:130).

Para a compreensão das políticas culturais em Portugal, o nome de António Ferro continua a ser referencial, já que a cultura se tornou, com ele um eficaz instrumento de controlo social. O líder do SPN, cujo ideário se expressava na autenticidade - que defendia ser a verdadeira identidade da cultura portuguesa -, tal como Goebbels, era de opinião de que a cultura se poderia transformar num poderoso instrumento de poder ao serviço do Estado, como é o caso da construção de uma retórica cultural (Fontes, S/D), ao pragmatizar uma política que harmonizava o sebastianismo, o espiritualismo, o nacionalismo, a fidelidade à vanguarda modernista, o folclorismo. Moisés de Lemos Martins (2009, S/P) sublinha que “o discurso salazarista sobre a identidade nacional visa tomar legítima a definição católica de identidade, pelos manifestos ganhos políticos daí resultantes”.

O ‘Império Ultramarino’ era apresentado como exemplo civilizacional ao mesmo tempo que a ‘gente trabalhadora’ pululava nas aldeias lusas e, embora pobre e ‘feliz’, era apresentada como exemplo às outras nações civilizadas. Para que esses princípios vingassem, foram criados organismos estatais relacionados de uma forma ou de outra a todos os sectores da vida quotidiana e que tinham a sua propaganda própria assentes em instituições bem definidas: “famílias, jovens, trabalhadores, através da organização de confraternizações, congressos, excursões, missas, comícios, paradas” (Rosas, 1994: 292).

Uma das missões do Estado Novo visava sublinhar e restaurar a ‘alma da pátria portuguesa’, acentuando a exaltação patriótica dos denominados ‘valores nacionais’ na auto-contemplação do ser português. Não é, por isso, de estranhar que a narrativa acerca da História de Portugal, na versão Salazar/Ferro, termine “na quietude contemplativa da sua própria trajectória, nos seus hábitos e costumes, tudo o que em suma, faz que sejamos o que já somos” (Fontes, S/D, S/P).

José Gil, por sua vez, reputa o salazarismo como “um imenso sugadouro daquilo que torna a existência um dom da vida natural (*zôê*) para a vida social, a maneira de viver (*bios*). Um buraco negro que engoliu a existência no espaço público”. E, não obstante constatar que o mal “era a impossibilidade da expressão das forças da vida, uma extraordinária chapa de chumbo que veio tapar os canais e redes de expressão na sociedade portuguesa” (Gil, 2005: 135), evidencia uma explicação que poderá ter estado na origem da disseminação de toda uma lógica assente na propaganda:

(...) o trauma foi tão subtil que não foi sequer sentido como tal. De modo inédito, a chapa de silêncio não desabou bruscamente sobre a vida social, foi-se só insinuando e impregnando imperceptivelmente, de tal modo que quando o povo sentiu a mudança não sabia já quando e como ela tinha começado (*ibidem*).

Gil vai mais longe ao sublinhar (para além de se referir à trilogia “Deus, Pátria, Família”, representando um mundo simultaneamente patriarcal, rústico e cristão), que o mal se insinuou sub-repticiamente “em nome da moral cristã e do bom senso de todos os comportamentos”, pelo que a dificuldade em lutar contra esta constatação entranhada se revelou difícil, já que “virarmo-nos contra o mal era equivalente a virarmo-nos contra nós próprios” (*idem, ibidem*).

Como defende Moisés de Lemos Martins (1990: 158), “é a nação, na sua ‘parte melhor’, que reconhece a Ditadura, pela ratificação dos valores salvadores que a inspiram” ou seja, “a nação sanciona o sistema de valores salvadores adoptados pela Ditadura”.

Um acontecimento marcante da propaganda do regime do Estado Novo foi a Exposição do Mundo Português, que decorreu em Lisboa entre 23 de Junho e 2 de Dezembro de 1940. O objectivo foi o de comemorar, simultaneamente, as datas da Fundação da Nação Portuguesa (1139) e da Restauração da Independência (1640). Assumiu-se como uma mostra de grandes proporções da missão civilizadora universal de Portugal no mundo, como forma de realçar o ressurgimento da Pátria no quadro do apogeu do nacionalismo salazarista.

A já referida trilogia “Deus, Pátria e Família”, “que se reificava em uma rígida moral católica, no controlo dos costumes, na consolidação da relação hierárquica do pai (Salazar) com seus filhos (os portugueses)” (Oliveira, 2004: 196), apresenta a novidade de que a “idéia de império surge como pilar ideológico fundamental do regime e como as exposições serviram para organizar e disseminar essa idéia”. (*ibidem*). Uma ideia que

pressupunha a diferenciação hierárquica entre a metrópole e a colónia; e entre os civilizados e os não-civilizados, sendo que a administração colonial estava centrada em Lisboa e transformava os territórios do ultramar em partes integrantes da nação, ao mesmo tempo que separava as instituições metropolitanas das coloniais.

No entanto, o Estado Novo recorreu à divisão das sociedades em duas esferas distintas (civilizadas e primitivas) – “exigindo a conceptualização de mecanismos capazes de atenuar as diferenças pela absorção gradual da ‘civilização’ por parte daqueles que eram supostos não a possuírem” (Cabecinhas & Cunha, 2003: 9), o que dará lugar à elaboração de diversos projectos assimilacionistas, ignorando as culturas indígenas dos povos colonizados.

A reconquista cristã de Portugal aos mouros, bem como a epopeia dos Descobrimentos, eram considerados elementos fundacionais da auto-narrativa do Estado Novo. Para Salazar, as pretensões imperiais de Portugal estavam no cerne da identidade nacional, enraizando-se naquilo que ele próprio dizia ser ‘a alma da Nação’.

Para a legitimação de toda esta lógica, muito contribuiu Gilberto Freyre, criador do controverso conceito da “Democracia Racial”. Portugal ocupa um lugar central no pensamento do sociólogo, que foi um dos pioneiros no estudo histórico e sociológico dos territórios de colonização portuguesa como um todo, chegando mesmo a desenvolver um ramo de pesquisa que denominou de Lusotropicalismo.

Aparentemente liberais, mas de facto também regionalistas e conservadoras, as teorias de Freyre adaptavam-se perfeitamente aos interesses do salazarismo no final dos anos 1950 e na década de 1960. Pois o esforço de Freyre em localizar uma cultura híbrida, uma síntese “lusotropical”, dava perfeita cobertura ideológica ao novo clima político (Rosengarten, 2009: 135-136).

A idealização do colonizador português, segundo Freyre como mais ‘humano’, foi posta ao serviço do regime na segunda metade dos anos 1940 tendo as autoridades portuguesas levado mesmo o autor a visitar o ‘império’, retribuindo o sociólogo com elogios a Portugal. Na década seguinte já o Lusotropicalismo tinha sido apropriado pelo Estado Novo, justificando assim a sua longa presença em África e ratificando-a academicamente (Rosengarten, 2009).

Como veremos adiante, a ideia de *portugalidade* começou aqui a fazer o seu caminho...

Que identidade?!

No livro de ensaios “E agora, José?”, José Cardoso Pires tem um texto intitulado “Lá vai o português”, que escreveu a propósito de um álbum de fotografias de Eduardo Gajreiro, onde faz o retrato daquilo que diz ser o português:

Lá vai o português, diz o mundo, quando diz, apontando umas criaturas carregadas de História que formigam à margem da Europa. Lá vai o português, lá anda. Dobrado ao peso da História, carregando-a de facto, e que remédio - índias, naufrágios, cruces de padrão (as mais pesadas). Labuta a côdea de sol-a-sol e já nem sabe se sonha ou se recorda. Mal nasce deixa de ser criança: fica logo com oito séculos (Pires, 1977: 19).

Não é, pois, de estranhar que Eduardo Lourenço (1985) saliente que existe a consciência sobre o que somos, por termos sido os primeiros a descobrir novos mundos, e que Joaquim Barradas de Carvalho observe que toda a História de Portugal gira em torno da epopeia dos Descobrimentos, pelo que “tudo o que aconteceu antes não foi mais do que uma preparação para esses grandes empreendimentos. Tudo o que aconteceu depois foram - e são ainda - consequências desses grandes empreendimentos” (Carvalho, 1974: 43). Torres Moreira (SD: SP) sustenta que a nossa especificidade como nação, culturalmente autónoma, “é o resultado dessa capacidade histórica portuguesa de, por um processo de simbiose, se (re) construir num exemplo de abrangência que legámos ao mundo”.

Toda a retórica construída no Estado Novo em relação à identidade nacional dos portugueses foi muito mais além do que evidenciar o sentimento de pertença a um país, partilhado por um grupo de pessoas. Tropeçou no nacionalismo e usou uma série de recursos para perpetuar ideias assentes na propaganda do regime para concretizar a acção política. Houve no salazarismo concreto “uma tentativa para adaptar o país à sua natural e evidente modéstia” (Lourenço, 2010: 33), só que isso nada teve de modesto, nem de breve, uma vez que

(...) redundou na fabricação de uma *lusitanidade* exemplar, cobrindo o presente e o passado escolhido em função da sua mitologia arcaica e reaccionária que aos poucos substituiu a imagem mais ou menos adaptada ao país real dos começos do Estado Novo por uma ficção ideológica, sociológica e cultural (...), por ser ficção oficial, imagem sem controlo nem contradição possível de um país sem problemas (...) que conciliava o capital e o trabalho, a ordem e a autoridade com um desenvolvimento harmonioso da sociedade (*ibidem*).

Moisés de Lemos Martins (2009: S/P) defende que a divisão que Salazar fez do mundo português deve ser perspectivada à luz do combate “por um conceito católico de identidade nacional, como luta por uma específica ordenação simbólica do país”. O mesmo autor diz existir no Portugal de Salazar “uma persistente encenação em que o

país inteiro é instituído e representado como a grande aldeia rural, de alma heróica e santa, embora com o sortilégio de, citando Eduardo Lourenço, ‘não poder estar em casa senão sonhando o mundo inteiro e não bastando’” (Martins, 1996: 42).

Eduardo Lourenço (2009: 76), por sua vez, afirma que “poucos países fabricaram acerca de si mesmos uma imagem tão idílica como Portugal”. O Estado Novo contribuiu para esse *statu quo*, quanto mais não fosse pelo facto de qualquer forma de investigação concreta sobre a realidade portuguesa ter sido desencorajada, quando não impedida. Ao invés, promoveu-se “a contemplação mítica do passado e do destino futuro do país, enquanto, no presente, se fazia passar a noção de estabilidade e continuidade de um Portugal essencial e a-temporal, primordial e imutável” (Matos, 2001: 7-8). Neste contexto, Eduardo Lourenço observa que “Portugal tem uma hiperidentidade porque tem um défice de identidade real”, que compensa “no plano imaginário” (Silva & Jorge, 1993: 38). Ou seja, a identidade portuguesa vive entre a realidade e a ficção, o que pode ser explicado no que Jorge Dias (1985: 26-27) chama de “mentalidade complexa” dos portugueses, que “resulta da combinação de factores diferentes e, às vezes, opostos”, sendo que “este temperamento paradoxal explica os períodos de grande apogeu e de grande decadência da história portuguesa”.

É frequente discutir-se a cultura e a sociedade como se fossem coisas desligadas, mesmo que sejam conceitos interligados, como defende Anthony Giddens (1999: 44). O conceito de cultura refere-se aos aspectos das sociedades humanas apreendidos e não herdados, sendo certo que as normas e os valores culturais mudam frequentemente ao longo do tempo, uma vez que “os indivíduos só conseguem alcançar posições de liderança e tornarem-se eficazes se existirem as necessárias condições sociais”.

Ora, a emergência do Estado Novo e, com ele, a tentativa de impor um quadro mental aos cidadãos esvaziando a sua própria vontade, não teve por base a ideia de que “a identidade de uma comunidade implica a autonomia de uma afirmação, quer dizer, capacidade de intervenção” (Martins, 1996: 62), ou, como sublinha Castells (2007: 2), afirmando-se como “a fonte de significado e experiência de um povo”. No caso do Estado Novo, tratou-se de uma construção imposta pelo regime ditatorial à população.

A identidade nacional é uma das ideias provenientes do Liberalismo, assente na ideia de igualdade entre as pessoas, quando estas são iguais perante a sociedade e o Estado. É apreendida através da educação, não sendo, por isso, algo de inato. Ora, no Estado Novo, a educação era o aparelho ideológico mais monitorizado do Estado, existindo um manual para cada matéria. Segundo Rosengarten (2009: 67) “os conteúdos

educativos autorizados propagavam uma versão oficial da história portuguesa, engrandecendo o papel de alguns selectos heróis nacionais”, o que fazia com que a escola, para além da construção de uma pretensa cidadania, era “também como uma ‘sagrada oficina de almas’”.

A ideologização dos manuais escolares no Estado Novo foi estudada por Moisés de Lemos Martins (1996: 83) que os encarou à luz de um sistema cultural, “como um sistema de símbolos em interacção, o que quer dizer como uma rede ou uma teia de significações que se entrecruzam”, pelo que “encarar os textos escolares deste ponto de vista conduz-nos à identificação dos objectos discursivos como valores que exprimem crenças e sonhos”.

A propagação da ideologia foi, dessa forma, feita desde a escola, sublinhando os ‘valores’ em que assentava o regime, fazendo com que fossem aceites e interiorizados de uma forma ‘natural’, criando uma identidade nacional de acordo com o *framework* pretendido.

Ao contrário da dinâmica imposta pelo Estado Novo há que fazer a distinção entre “identidade nacional” e “identidade cultural”, mesmo que haja outras expressões que designem outras entidades, mas que podem confundir-se com ambas, como acontece com o nacionalismo, o portuguesismo, o casticismo e o culturalismo, sendo que o culturalismo está ligado à noção de universalidade, enquanto que o nacionalismo à de singularidade (Patrício, S/D).

João Medina, autor do livro intitulado “Portuguesismo(s)”¹, em que apresenta um catálogo de alguns símbolos do nosso particular ‘ethos’, parte do conceito de Fernand Braudel sobre “imagens de marca” ou “palavras de passe” identitárias, cujo pensamento serve de epígrafe à primeira parte da obra, dedicada à reflexão sobre a “identidade como questão e as imagens de marca identitárias” portuguesas, que ajudam a definir a herança de um país, que configuram o seu diversificado e mutável elenco totémico ao longo das eras. Na sinopse do livro, pode ler-se que a identidade portuguesa é vista, criticamente, como bem de consumo, à mercê das estratégias do Estado e da elite oficial. A identidade não se esgota em certos vectores adstritos a uma perspectiva

¹ Segundo o portal “Ciberdúvidas da Língua Portuguesa” (texto da autoria de Conceição Duarte, 14/02/2005), “Portuguesismo e lusitanismo – significam o mesmo: maneira de ser ou de pensar própria dos portugueses” [<http://tinyurl.com/2ueratv>, acedido em 17/11/2010].

clássica, combatida por Medina, para quem o discurso político-ideológico foi quase sempre centrado numa lógica de encómios:

Na definição e enaltecimento dos ‘pais fundadores’, dos heróis e dos mártires da pátria, das batalhas que tinham esculpido as raias do nosso território ou a sua intangibilidade desde o séc. XIII, dos santos e homens notáveis, sobretudo estadistas e guerreiros, que aquela tinha permanentemente produzido, desde a espada de D. Afonso Henriques (...) ainda que a quase geral falência das nossas elites dirigentes desmentisse essas alegadas searas de valores excelsos (...) sem falar nuns quantos ícones lendários que fomos incluindo, de modo por vezes absurdo ou paranóico, na nossa panóplia dos Maiores (Viriato, a Padeira de Aljubarrota) (Medina, 2006: 11-12).

Na última parte do livro (“Addenda”) é apresentada uma espécie de dicionário crítico comentado e ilustrado do panorama histórico-cultural português, sublinhando temas e facetas do portuguesismo e onde é mapeado grande parte do campo icónico português, como a figura do Zé Povinho, do Santo António, do bacalhau, do galo de Barcelos, de D. Sebastião... Segundo o autor, trata-se de uma forma alusiva de portuguesismo(s), em que se referencia(m) de uma forma avulsa emblemas da vida portuguesa, denso esse portuguesismo, precisamente,

constituído por um mosaico de símbolos, imagens, momentos memoráveis e hábitos duma certa comunidade nacional, a nossa – a *portugalidade* -, ou seja, esse somatório tão diversificado de Memória e Identidade subjacente ao fluir das eras, dos regimes políticos e das dinastias, das modas e dos modos de ser, dos gostos e das folias ou repulsas, ainda que mutáveis, variáveis, fluidos, perdidos ou recuperados (Medina, 2006: 302).

A criação da *portugalidade*

Nenhum dicionário de referência da língua portuguesa tem disponível a palavra “Portugalidade”. O sinónimo pode ser encontrado, no entanto, no Dicionário da “Porto Editora”, numa edição mais acessível e habitualmente usada nas escolas portuguesas, onde se pode ler: “qualidade do que é português”, e, numa dimensão mais ampla, “sentido verdadeiramente nacional da cultura portuguesa” (Costa & Melo, 1995: 1432) sinónimo este muito embora subjectivo, confirmado pela utilização do advérbio de modo, “verdadeiramente” cuja inerência qualitativa não permite a assunção, *tout court*, da sua (eventual) amplitude.

O facto é que no portal “Ciberdúvidas a Língua Portuguesa” (uma parceria da Sociedade da Língua Portuguesa e do Ministério da Educação), refere-se que *portugalidade* (a par de “portugalismo”) – é uma palavra usada pelo Estado Novo e que

por isso hoje está conotada com essa ideologia², avançando mesmo com a possibilidade de o termo ter surgido no decénio de 50 ou 60 do século XX³ (datas que coincidem com o grande surto da emigração portuguesa para a Europa - em menos de dez anos emigraram para França mais de um milhão de portugueses). O ‘reforço’ do uso da *portugalidade*, seguiu-se à Exposição do Mundo Português (1940), decorrente, portanto, do nacionalismo salazarista.

O ‘perigo’ de o conceito de *portugalidade* poder ser conotado com o Estado Novo é feito por António Quadros que, no entanto, se refere ao receio de ser mal interpretado pela possibilidade de ser associado a um “pecado nacionalista”. No caso concreto, refere-se ao facto de a escola dever “promover e consolidar, entre outras competências, os valores da nossa *portugalidade* e a nossa auto-estima”, salientando a necessidade de serem mostrados e ensinados “os valores portugueses” (Sousa, 1993: 75).

Ou seja, a *portugalidade* está bem datada e assenta num olhar nostálgico, saudosista, e numa ideia eminentemente subjectiva, quase sempre evocada pela esfera política, que desta forma, se apropria de uma, aparentemente, lógica de pensamento, obviamente apologética de toda essa intencional dinâmica.

Não será, portanto, de estranhar que os dicionários de referência da língua portuguesa não disponibilizem a palavra *portugalidade*. Embora se não possa dizer taxativamente que se trata de um neologismo, já que existem referências ao termo e inúmeras perspectivas de descodificação, assumindo-se quase sempre o princípio de que, se existe Portugal, existirá uma *portugalidade*, o que deixa muitas dúvidas e não corresponde à realidade, mas a uma visão emocional, de grandeza, de marca completamente construída e datada, como já vimos.

Segundo J. Pinharanda Gomes (2004: S/P), “Portugalidade é o nome de categoria universal que identifica o próprio Portugal”, salientando, no entanto, o facto de que o termo terá uma origem anterior ao Estado Novo, uma vez que terá sido moldado por António Sardenha⁴, numa altura em que a hispanidade era hegemónica e que “designava o peculiar à acção portuguesa na história do mundo”.

² Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, texto da autoria de Conceição Duarte, 14/02/2005, [<http://tinyurl.com/2ueratv>, acedido em 17/11/2010].

³ Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, texto da autoria de João Carreira Bom, 07/04/2000 [<http://tinyurl.com/2uanuhv>, acedido em 17/11/2010].

⁴ Político e poeta português (1887-1925) que se destacou como ensaísta e polemista, produzindo uma obra que se afirmou como a principal referência doutrinária do “Integralismo Lusitano”.

O mesmo autor sustenta que a *portugalidade* tem vários significados, consoante o palco contextual, desde a literatura, passando pela hermenêutica da nossa antropologia cultural: “a pesquisa do pensamento que a si mesmo se pensa, de modo que, antes de passar à acção, saiba porquê e para quê, e seja capaz de viajar da filosofia para a educação e, só depois, para a política” (*ibidem*).

Numa comunicação apresentada à Secção Luís de Camões da Sociedade de Geografia de Lisboa intitulada “A Portugalidade e os Lusíadas”, Abel de Lacerda Botelho (2008: S/P) refere-se a uma “Paideia Lusa”, ou seja, ao “modo de ser, e de exercitar a vida quotidianamente, à maneira portuguesa”. Mais, essa “identidade de ser e de estar na vida à portuguesa” terá ganho tal força ao longo de centenas de anos, que foi posteriormente “comungada” por povos longínquos e hoje se vê “espalhada”, “espelhada” e “vivida quotidianamente” nos cinco continentes do planeta.

Botelho defende que a palavra *portugalidade* engloba hoje um conceito abrangente “que incorpora toda uma tradição doutrinal e messiânica relativa não só ao homem luso, como à criação cósmica do ser, à expansão e testemunho de uma espiritualidade já alicerçada no homem” (*ibidem*). Ultrapassa-se, assim, uma dimensão meramente conceptual em direcção a uma outra, eivada de misticismo, onde o céu parece ser o limite.

A *portugalidade* surge, neste cenário, “não como uma herança, mas como uma vida a construir, dentro de um elenco axiológico, em vista da redenção”. Ou seja: “hoje, o ser-se português, implica o ser-se autor, actor, e espectador de portugalidade, e tudo isso, ao mesmo tempo” (Gomes cit. em Botelho, 2008: S/P).

Por isso é que defende que a *portugalidade*, é passível de ser “sentida, desejada e praticada” mesmo por cidadãos não-portugueses, “como o fazem os povos oriundos ou descendentes da lusitanidade, onde quer que estejam vivendo (...) onde todos os dias se ouve e se fala a língua portuguesa” (*ibidem*).

Mas não é só a língua que acelera essa massa cuja forma, pelos vistos, não se pode definir e que se denomina de *portugalidade*, e que assenta aparentemente num processo de aculturação patente numa aproximação idiossincrática entre povos. O que nos leva à ideia idiota da existência de “verdadeiros portugueses” que Miguel Esteves Cardoso sintetiza da seguinte forma:

(...) se calhar os verdadeiros Portugueses são Brasileiros. Se calhar, Portugal é o fermento, as províncias africanas foram o chocolate e, à mistura com a farinha holandesa, o grande bolo é o Brasil! (Cardoso, 2001: 224).

O certo é que a palavra *portugalidade* circula na tradição oral, com maior acuidade na altura das datas evocativas do país, designadamente nos dias 10 de Junho, 5 de Outubro e 1 de Dezembro, porém, menos no 25 de Abril, por parte dos políticos mais conservadores. Nessas ocasiões, os responsáveis das hierarquias de âmbito nacional ou os representantes das organizações políticas locais, apropriam-se do termo e tratam de o usar profusamente *pro domo mea*, nos discursos circunstanciais. Como se se tratasse de um mero aparato estético num amontoado de palavras, muito conveniente à denominada prática do “politicamente correcto”, fazendo tábua rasa da sua pretensa origem. A este propósito, J. Pinharanda Gomes (2004: S/P) defende mesmo que a *portugalidade* tem sido mais atendida na historiografia, “por vezes sujeita ao risco da apologética inconsistente, adequada aos discursos para meninos e oradores dos comícios partidários”.

Segundo José Eduardo Franco (S/D: 69) “a utopia da perenidade do reino, alicerça-se no mito de um Portugal visto como um reino eleito para uma missão especial, de carácter sagrado, no panorama planetário”, sendo que esse mito se desenvolve “como consequência do deslumbramento nacional perante as navegações extraordinárias dos Descobrimentos”, acrescentando que “é a partir da poesia e da historiografia que são cantadas e ‘memorizadas’ as gestas desta etapa da história de Portugal, vista como uma fulgurante idade de ouro, na qual se reforçam as bases míticas da portugalidade”.

A propósito das comemorações, em Santarém, em 2009, do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, o embaixador britânico em Portugal, Alexander Ellis, numa crónica no “Expresso” intitulada “10 de Junho, Portugalidade e Portuguesismo”, realça o interesse que lhe desperta o “conceito alargado de Portugal”, tanto mais que tinha assistido a um discurso do Presidente da República onde este se referiu à “Portugalidade”. Como o tema o intrigou, pediu ajuda aos seus colegas embaixadores que lhe terão dito que *portugalidade* “representa o melhor de Portugal e dos Portugueses (...) Portugalidade é então uma forma de identidade, da qual a língua portuguesa constitui um pilar essencial” (Ellis, 2009: S/P).

A outra face da moeda será o “Portuguesismo”, que representará “aquilo que a Portugalidade não é”, citando a título de exemplo as “atitudes de desconfiança e pouca força”, além de outras centradas na ideia de que “não vale a pena, nada muda”, em “comportamentos que envergonham”, ou até mesmo “o fechar-se na sua própria

dimensão”. Portuguesismo poderá também resultar do facto de se “estar no estrangeiro mas manter hábitos da terra natal, tal como comer croquetes, se calhar de qualidade duvidosa, quando há tanta outra coisa boa para comer” (*ibidem*)...

O embaixador resume, de uma forma simples, os dois conceitos: “a selecção nacional do Mundial do futebol de 2002 representa o Portuguesismo, e a do Euro-2004 a Portugalidade” (*idem, ibidem*). No entanto, evidencia a maneira como os portugueses se comportam no estrangeiro como um elemento em comum em ambas as definições, o que quer dizer que o conceito de Portugal é mais cultural que geográfico.

Esta distinção é rejeitada por Maria Fernanda Peixoto (2009: 113) que, na sua tese de doutoramento, resume todas essas características à palavra *portugalidade*. A propósito do filme-documentário sobre Lisboa, de François Désanti, escreve que “o fado – a lamúria, o fatalismo, os ‘azares’ lusitanos –, o vinho e o futebol servem para apagar tristezas que ‘já não pagavam dívidas’”. Pinta o quadro com a cena “dramática e grotesca”, como escreve, de um cego a tocar guitarra e de um guia sem voz, e em que, no mesmo contexto, se cantava “o Hino do Benfica acompanhado à guitarra pelo cego”, soltando-se versos jocosos e obscenos e “quadras populares”.

Significativamente, a cena integra um conjunto de estereótipos que definem uma certa forma de “portugalidade”, no contexto de uma sociedade autoritária, inculta, resignada que substitui a acção pelo queixume, e é ilustrativa de uma certa “mentalidade” reveladora de regras sociais e institucionais, de hábitos e costumes alimentados como dispositivos de defesa contra a ausência e o vazio (*ibidem*).

Esta *portugalidade* grotesca parece-nos mais aproximada da realidade existente, bem longe das construções idílicas do perfil do português, cantadas pelos poetas e aproveitadas pelos políticos. De facto, à falência de toda essa perspectiva não será estranho o facto de a pretensa portugalidade construída pela propaganda do Estado Novo ter sido imposta e assente numa lógica virtual, que nunca foi totalmente assimilada pelos portugueses, talvez por se não reverem nesse quadro, que comportava, apenas, os encómios aos grandes feitos, deixando de parte as suas próprias características.

Segundo Bakhtin (1999: 22), “a imagem grotesca caracteriza um fenómeno em estado de transformação, de metamorfose ainda incompleta, no estágio da morte e do nascimento, do crescimento e da evolução”. Na verdade, e segundo Nolasco (2004:

144), o grotesco distingue-se, sobretudo, “pela associação do arrebatamento do sublime ao cômico”, surgindo contra o ideal clássico, “o qual, procurando fixar um apogeu que já traz consigo, inevitavelmente, a semente da sua degenerescência, é, na essência, o estático, elegendo o inalterável como um deus”.

A obra recente de Paula Rego parece participar desse humor grotesco em que a desordem se torna “fonte de re-generação, de criatividade” (Gonçalves, 2009: 22) retratando realidades-outras a partir das vivências de um Portugal bem datado. São os resquícios do salazarismo e da tríade “Deus, Pátria e Família”, que promulgava a resignação e a obediência como valores essenciais. “Paula Rego narra o político, através do doméstico, acabando necessariamente também por invocar o familiar” (Cabral & Rodrigues, 2009: 7), sendo principalmente nas referências ao Estado Novo que a pintora “evoca a Portugalidade com maior consistência: evoca-a enquanto passado e enquanto traço mnemónico” (Ronsengarten, 2009: 12).

Este quadro decadente, exacerbando determinados aspectos, como nas caricaturas, e que se inscrevem no conceito de “portuguesismo” defendido por João Medina, como vimos anteriormente, é absorvido pela pretensa *portugalidade*, já que se mostra mais consentânea com a realidade existente e do recorte do próprio português, cujo perfil é traçado por Miguel Real, numa entrevista à revista “Os meus livros”:

(...) um povo que, face aos interesses económicos, tem pugnado pelos valores do sentimento e da comoção, os valores do gregarismo e da generosidade, os valores de partilha e do companheirismo, unidos e vinculados a um sentido transcendente orientador na busca da justiça, que desespera por nunca chegar. Volta-se então para Nossa Senhora, esperando do Céu o que a terra lhe nega (Morales, 2010: 22).

Recorrendo a Eduardo Lourenço, Real refere que a personalidade cultural do português tem sido notoriamente desequilibrada, já que se auto-submerge “nas suas ancestrais raízes de cruzado evangelizador e marinheiro descobridor”, levantando-se depois “como um povo iluminado; ora auto-humilha-se na comparação civilizacional com o nível atingido por outros povos e clama-se a si próprio como povo nulo e decadente” (Real: 1998: 152)... Ora, na crítica ao que foi o salazarismo José Gil, como já vimos, fala de “um trauma subtil” que nem sequer foi sentido como tal. No entanto, esse ‘mal’ “que acabrunhava a generalidade dos portugueses” disseminou-se: “Para estes, não vinha do regime político, vinha da ‘índole’, do ‘carácter’, da ‘essência’ da portugalidade (como o fado, num certo discurso ‘nacionalista’ de opinião)” (Gil, 2005: 135). Ou seja, a matriz dos próprios portugueses parecia ser ‘natural’ e não decorria de

qualquer imposição do regime. No entanto, perante o insucesso da construída *portugalidade*, que apenas se ‘entranhou’ em alguns portugueses – não na maioria -, essa ‘naturalidade’ parece decorrer do facto de ter sido imposta, uma vez que não foi construída com base no próprio recorte do português, com os vários significados que isso possa ter, que assim não se reviu totalmente nessa imagem.

A *portugalidade* sonhada pelo Estado Novo apenas visava um objectivo oportunista: concretizar acções em nome da ‘Nação’. Se essa lógica nunca fez muito sentido, hoje não faz nenhum sentido, tanto mais que, como defende Boaventura de Sousa Santos (1994: 127), “a recontextualização e reparticularização das identidades e das práticas está a conduzir a uma reformulação das interrelações entre os diferentes vínculos (...) nomeadamente entre o vínculo nacional classista, racial, étnico e sexual”.

De resto, basta atentar nas apropriações que se fazem do termo e que o transformam numa grande ambiguidade e que se pode entender de várias maneiras. Num documento do “EuroDefense – Portugal”, decorrente de uma mesa redonda intitulada “A Construção Europeia: Que Espaço Estratégico”, que decorreu em Lisboa, em Julho de 2003, refere-se que o conceito amplo de cidadania requer a reavaliação da definição da “Portugalidade” e que a adaptação à nova realidade internacional “carecerá de uma nova concepção da noção de cidadania, mais participativa e organizada e de uma definição clara do conceito de Portugalidade, o que exige que a Universidade reavalie o seu papel na organização da Sociedade do futuro” (EuroDefense – Portugal, 2003: 5); Paulo Gomes coloca D. Sebastião “nos mitos fundadores da portugalidade” (Gomes, 2007: 218)...

Ana Paula Arnaut, da Universidade de Coimbra, a propósito de José Saramago, sustenta que o escritor teve um primeiro ciclo “caracterizado por marcas de ‘portugalidade intensa’, directa ou indirectamente enraizado na realidade portuguesa” (Coutinho, 2008: S/P). Num texto intitulado “Dançando na corda bamba: Mito e mitologia nacional na obra de Eduardo Lourenço”, Ingemai Larsen observa que no final da década de 80 do século passado quando chegou a Portugal o fascinou o debate entre os expoentes do discurso nacional moderno e racional e os representantes do discurso mitificante e ontologizante, questionando-se: “Como se devia enquadrar uma discussão sobre o ser e o destino portugueses, uma assim chamada teoria sobre a portugalidade ou um Agostinho da Silva que na televisão defendia o valor do mito do Quinto Império?” (Ingemai, S/D: S/P).

Também se encontram referências aos campinos do Ribatejo, como “símbolos maiores de portugalidade” (Baptista, 2010: S/P); ou à *portugalidade* do Turismo Cultural em Português (Pinto, S/D); para além do mundo da publicidade em que a empresa “Vulcano” iria apostar, em 2009, na *portugalidade*, reforçando o facto de ser uma marca portuguesa, como explicava a responsável de marketing, que referia que tinham seleccionado a ponte Vasco da Gama para ser a imagem da empresa (Lima, 2009: S/P). O presidente da “Portugal Telecom”, Zeinal Bava, numa intervenção no Parlamento, em Maio de 2010, na Comissão Parlamentar de inquérito ao negócio PT/TVI, disse que a PT sempre apostou na *portugalidade*, na portugalização dos seus conteúdos, ilustrando ironicamente essa aposta com a utilização de expressões como “term-sheet”, “leek” e “triple-play” (Margarido, 2010).

Na Madeira, a propósito do temporal que devastou a ilha, é publicada, em Março de 2010, uma notícia no jornal “I”⁵, em que o representante da República afirmara que a intempérie serviu para demonstrar o “claro sentimento de unidade e portugalidade entre o continente e a região autónoma”. Ainda sobre a Madeira, o “Diário de Notícias” publica um trabalho com Rui Alves, presidente do Clube Desportivo Nacional da Madeira, em que este diz que o seu clube “não tem nada a ver com a ‘portugalidade’” (Bernardes, 2008: S/P). Na mesma página desse jornal o jornalista Ferreira Fernandes comentava as declarações do líder desportivo, dizendo que “só um português (seja ele de Moimenta da Beira ou da Calheta) é capaz de dizer ‘achamento’ e ‘portugalidade’ em conversa” (Fernandes, 2008: S/P).

Ou, então, o livro intitulado “Por uma portugalidade renovada”, de António de Spínola, em que se refere que Portugal “é uma forma perene de viver, de pensar, de estar no mundo; é um sentimento que renasce em todos nós, com o despertar de cada dia” (Spínola, 1973: 14). Num outro registo, temos outro livro: “Portugalidade: Biografia duma Nação”, de Domingos Mascarenhas (1982), em que se tecem grandes encómios aos feitos dos portugueses, mas que nunca é referida a palavra “portugalidade”. Na mesma senda temos o livro “Introdução à Portugalidade”, de Vítor Manuel Adrião (2005), que aborda, entre outros assuntos, a formação da Nacionalidade; a Dinastia de Avis; as Descobertas; D. Sebastião e Alcácer Quibir; Padre António Vieira e Fernando Pessoa.

⁵ Disponível em <http://tinyurl.com/y8eylvn>, acedido em 5/11/2010.

Por fim, em Outubro de 2010 (dias 28 e 29), umas jornadas interdisciplinares que decorreram na Universidade da Beira Interior (Covilhã), abordaram as “Representações da Portugalidade”, numa iniciativa integrada nas comemorações do centenário da República e em que se anunciava um encontro de diferentes linguagens, objectivos e perspectivas sobre a identidade portuguesa, com a ideia dos muitos modos de ver as várias facetas da portugalidade como pano de fundo⁶.

Notas finais

A construção da *portugalidade* parece estar bem datada sendo o termo associado, como vimos, à luta contra a hegemonia da hispanidade e a António Sardinha, a principal referência doutrinária do “Integralismo Lusitano”. Dessa tentativa de sublinhar a marca de Portugal acentuou-se o ódio contra os espanhóis, um fenómeno que também poderá ter decorrido do facto de ambos os países fazerem fronteira entre si, a que se acrescentam as recorrências do domínio filipino, de 1580 a 1640. Daí que, entre outras, expressões como “De Espanha nem bom vento, nem bom casamento” terão começado aí a fazer o seu caminho...

No entanto, a enfatização de uma alegada *portugalidade* é feita em pleno Estado Novo, na sequência de uma estratégia bem definida pelo Serviço de Propaganda Nacional e protagonizada por António Ferro, cujo ideário se expressava na ‘autenticidade’ da identidade lusa e que colocou em prática uma política assente numa teia feita de sebastianismo, espiritualismo, nacionalismo, entre outras lógicas conducentes à exaltação do ser português. O objectivo era claro: fazer assentar o discurso político numa retórica muito própria, enaltecendo os ‘valores nacionais’ e rejeitando liminarmente quaisquer definições que pudessem contaminar toda essa lógica, assentes numa ideologia que era ministrada e disseminada desde os primeiros anos de escola, acompanhada de uma idêntica estratégia por parte das instituições da sociedade civil, todas elas subordinadas ao ideário do regime.

Não é por acaso que toda esta dinâmica provoca como que uma fusão entre os conceitos de nacionalismo e de patriotismo, coisas bem diferentes, no entanto, mas que, em pleno Estado Novo, pareciam fundidos, como consequência da ideia então vigente: “Tudo pela Nação, nada contra a Nação”. Uma lógica contrária à que defende João

⁶ Disponível em <http://tinyurl.com/2w35dss>, acedido em 5/11/2010.

Medina (2009: 304), quando assinala que “a questão do patriotismo só tem sentido [na] perspectiva de vivência de uma cidadania esclarecida, actuante, aberta ao mundo, generosa”. Não obstante, observa, interessa que exista o que denomina por “visão alargada de *portugalidade*”, já que ajuda os portugueses a saírem “duma atitude de ‘apagada e vil tristeza’ que se tem vindo a generalizar” (Medina, 2009: 305).

A tudo isto não será de estranhar o facto de o sentimento dos portugueses ter um recorte de ‘contemplativismo passadista’, plasmado numa forma clara de saudosismo, sendo, assim, compreensível que em épocas como o Estado Novo, tenham sido privilegiados os ‘factos gloriosos’, os ‘heroísmos’, deixando na penumbra os fracassos (Saraiva, 1981). Quanto aos propalados ‘brandos costumes’ dos portugueses e à sua alegada ‘bondade’, Eduardo Lourenço diz tratar-se de uma falsidade “na sua mitologia” (Cruz, 2010: 50).

Na verdade, o Estado Novo levou até ao limite essa estratégia, utilizando para a fixar, ainda com mais veemência, iniciativas como a Grande Exposição do Mundo Português. Daí que a tentativa de disseminar a expressão *portugalidade* esteja balizada nos anos 50-60 do século passado, em plena ressaca dessa iniciativa, assente na propaganda do regime. Só que essa ideia não vingou, porque, entretanto, o regime cairia, e o que antes era associado a toda uma sólida ideologia foi rejeitado, decorrendo o que se seguiu de uma dinâmica de rejeição e repulsa das imposições anteriores. Mesmo que – como foi o caso da *portugalidade* –, a construção não tenha tido em conta as idiosincrasias do povo português, não obstante as tentativas para a sua consolidação.

Desde a fundação da nacionalidade portuguesa que os mitos caminham a par da História, emergindo a espaços novas criações sobre alguns deles, como, por exemplo, o mito sebastianista, com todo o perigo daí decorrente, especialmente quando a ficção é confundida com a realidade. Já no início do século XX que Manuel Laranjeira (2009: S/P)⁷ salientava que “um dos aspectos mais típicos da vida portuguesa e um dos seus males mais funestos é a sua prodigiosa fertilidade messiânica”... A *portugalidade*, no entanto, nunca chegou a ser um mito – talvez devido ao facto de, como defende Eduardo Lourenço (1954), “a existência mítica” preceder a “existência empírica”, o que parece não ter acontecido neste caso concreto... E, muito embora a expressão ‘portugalidade’ não conste dos dicionários de referência, trata-se de uma palavra comum na oralidade, embora o seu significado seja, obviamente, equívoco.

⁷ Quarta parte da série de artigos intitulados “Pessimismo Nacional”, inicialmente publicada no jornal “O Norte, diário republicano da manhã”, em 7/01/1908.

O certo é que o termo é usado, nomeadamente pela esfera política mais conservadora, como se pode concluir através da consulta dos “Diários da Assembleia da República”⁸ efectuados desde que Portugal vive em democracia, em que se conclui que os deputados do CDS/PP são os que mais utilizam a expressão. Para além destes, quem mais usou a palavra foram os deputados-escritores Manuel Alegre e Natália Correia. Da busca efectuada utilizando a palavra-chave “portugalidade”, resultaram 69 registos, referentes a 63 diários (34 anos), observando-se que, ao longo dos anos tem sido cada vez menos utilizada. De 1998 até 2010, a palavra foi referida apenas por 13 vezes. A expressão é utilizada, na maior parte dos casos, quando o assunto versa a emigração, a língua e cultura portuguesas e a ‘diáspora’; a Lusofonia; ou quando são aprovados votos de pesar, como foram os casos de António Quadros, Agostinho da Silva, Miguel Torga ou José Saramago.

Um facto curioso foi o que teve lugar em 2001, com o CDS/PP. A propósito do lançamento do “Novo Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea” (Academia das Ciências de Lisboa), os seus deputados apresentaram um Projecto de Resolução em que propunham a manutenção de um grupo de trabalho permanente de defesa e actualização da língua portuguesa. A esse propósito, referia-se que a obra se constituía “num dos mais importantes actos de defesa da portugalidade dos últimos anos e que vem colmatar, com dignidade, uma lacuna evidente na defesa da nossa língua”⁹. A ironia é que nesse mesmo dicionário não consta a palavra *portugalidade*...

O termo *portugalidade* é, portanto, equívoco e serve para um sem-número de utilizações, nomeadamente pelo mundo da publicidade, desde o Turismo ao Futebol... E, ainda hoje, como se de um qualquer resquício se tratasse, o seu uso é conotado com o nacionalismo, ficando uma vez mais o patriotismo relegado para um plano secundário.

E, no entanto, segundo Torres Moreira, um dos pilares da nossa especificidade como nação e como entidade cultural autónoma “é o resultado dessa capacidade histórica portuguesa de, por um processo de simbiose, se (re)construir num exemplo de abrangência que legámos ao mundo” (Moreira, S/D: S/P), pelo que este será o principal suporte da nossa reacção aos desafios que a globalização coloca: “A identidade cultural portuguesa, enquanto espaço de autonomia e diversidade, já que é o produto de uma

⁸ Informação disponível em <http://tinyurl.com/d6lu88>, acedida em 3/01/2011.

⁹ Projecto de Resolução N.º 137/VIII, de 2 de Maio de 2001, disponível em <http://tinyurl.com/2w6ovzu>, acedido em 15/11/2010.

certa globalização que ela mesma fez formando uma identidade de país pluricontinental, algo diferente, é certo, daquela que hoje se manifesta” (*ibidem*).

José Mattoso (1985: 13) sustenta que Portugal tem as suas próprias características, decorrentes do seu próprio processo nacional, pelo que os movimentos e ideologias que insistem em colocá-lo de costas voltadas para a Europa ou na aproximação à Europa, “arriscam-se a destruir o equilíbrio ou a síntese que são juntamente uma das características próprias da ‘portugalidade’”. Já Eduardo Lourenço (2009: 180) observa que “o encontro com os outros é o verdadeiro encontro conosco”... O caminho da *portugalidade*, enquanto bandeira da ‘Nação’, nunca foi percorrido, já que nunca existiu.

Bibliografia

Adrião, V. M. (2005) *Introdução à Portugalidade - Flos Sanctorum Portucalis*, Cascais: ALA - Academia de Letras e Artes.

Alves, V. M. (1997) 'Os etnógrafos locais e o Secretariado da Propaganda Nacional. Um estudo de caso', *Etnográfica, Vol I (2)*, pp. 237-257. [<http://tinyurl.com/2ftzk2y>, acessado em 20/11/2010].

Bakhtin, M. (1999) *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*, Brasília: Universidade de Brasília.

Baptista, F. (2010) *Campinos do Ribatejo - Símbolo maior de portugalidade*. [<http://tinyurl.com/2akyzme>, acessado em 5/11/2010].

Bernardes, L. (2008) "... e os madeirenses não gostam dos portugueses" [On line] "Diário de Notícias" (5 de Abril). [<http://tinyurl.com/2dwgrn6>, acessado em 5/11/2010].

Borges, P. (org.) (2000) *Ensaio Sobre Cultura Portuguesa e Literatura Portuguesa e Brasileira I*, 1ªed., Lisboa: Âncora Editora.

Botelho, A. L. (2008) 'Portugalidade' in *Sociedade de Geografia, Secção Luís de Camões*. [<http://tinyurl.com/2cd4nlc>, acessado em 18/11/2010].

Cabecinhas, R. & Cunha, L. (2003) ‘Colonialismo, identidade nacional e representações do “negro”’, *Estudos do Século XX*, 3, 157-184. [<http://tinyurl.com/296jzt4>, acessido em 25/11/2010].

Cabral, P. C. F. & Rodrigues, S. C. I. (2009) ‘O sexual e o político na obra de Paula Rego’, *Intermedias, Edição 9 – ano 5*. [<http://tinyurl.com/24ugres>, acessido em 15/11/2010].

Cardoso, M. E. (2001) *Os meus problemas*, Lisboa: Assírio & Alvim.

Carvalho, J. B. de (1974) *Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico? (Uma perspectiva histórica)*, Lisboa: Livros Horizonte.

Castells, M. A. (2007) *O Poder da identidade - Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Costa, J. A. & Melo, A. S. (1995) *Dicionário da Língua Portuguesa*, 7ª edição, Porto: Porto Editora.

Coutinho, I. (2008) ‘Saramago, o escritor que brinca com a pontuação’, “*Público*” de 23 de Abril. [<http://tinyurl.com/2f8flsu>, acessido em 5 Novembro 2010].

Cruz, V. (2010) ‘Os portugueses tendem a confiar na providência – entrevista com Eduardo Lourenço’, “Revista Única de 1 de Janeiro” (“Expresso”), pp. 47-53.

Damásio, A. (2005) ‘A emoção é um programa complexo’, *Ciência Hoje (22 de Setembro)*. [<http://tinyurl.com/2dj2fem>, acessido em 16/11/2010].

Dias, J. (1971) *Estudos do Carácter Português*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

Dias, J. (1995) *O essencial sobre os elementos fundamentais da cultura portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Ellis, A. (2009) '10 de Junho, Portugalidade e Portuguesismo', *Expresso*, (9 de Junho). [<http://tinyurl.com/2dsxtjs>, acedido em 5 Novembro 2010].

EuroDefense – Portugal (2003) A Construção Europeia: Que Espaço Estratégico para Portugal, Mesa Redonda, Lisboa (Julho). [<http://tinyurl.com/23w4u88>, acedido em 5/11/2010].

Fernandes, F. (2008) 'Mais português é impossível', *Diário de Notícias* (5 de Abril). [<http://tinyurl.com/2gx8zjo>, acedido em 5/11/2010].

Fontes, C. (S/D) 'Coisas da Cultura – Política', *Filorbis - Rede de sites temáticos*. [<http://tinyurl.com/2a9a36f>, acedido em 15/11/2010].

Franco, J. E. (S/D) 'Mitos da construção da identidade nacional e emocional: uma perspectiva comparativa luso-polaca (parte II)' in Calafate, P., Franco, E. F. & Cieszyńska, B. E. (S/D) *Mitos da construção da identidade nacional e emocional: uma perspectiva comparativa luso-polaca*. [<http://tinyurl.com/27gxkkm>, acedido em 6/11/2010].

Giddens, A. (2009) *Sociologia*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gil, J. (2004) *Portugal, Hoje. O medo de existir*, Lisboa: Relógio d'Água.

Gomes, J. P. (2004) *O pensamento nacionalista do século XX*. [<http://tinyurl.com/249axak>, acedido em 25/11/2010].

Gomes, P. (2007) 'Perdição, orientação e a urgência do Caminho - o Budismo e a Cultura Portuguesa, uma abordagem hermenêutica' in *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, Ano VI, 2007 / n. 11 – 211-224. [<http://tinyurl.com/2855tqc>, acedido em 11/11/2010].

Gonçalves, A. (2009) *Vertigens: para uma Sociologia da perversidade*, Coimbra: Grácio Editor/Universidade do Minho (Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade).

Laranjeira, M. (2009) *Pessimismo Nacional*, Lisboa: Frenesi.

Larsen, I. (S/D) *Dançando na corda bamba: Mito e mitologia nacional na obra de Eduardo Lourenço (ou: como Eduardo Lourenço sobreviveu o golpe mortal dos construtivistas)*. [<http://tinyurl.com/294outl>, acedido em 5/11/2010].

Leão, F. C. (1973) *O enigma português*, Lisboa: Guimarães & C^a Editores.

Lima, M. J. (2009) *Vulcano aposta na portugalidade*. [<http://tinyurl.com/2ce5uxo>, acedido em 5/11/2010].

Lourenço, E. (1954) 'Situação do Existencialismo' in *Revista Filosófica*, Coimbra, n^o 10, Maio, pp. 62-70.

Lourenço, E. (1985) 'Identidade e Memória', in *Conflitos e Mudanças em Portugal 1974-1984*, Lisboa: Teorema.

Lourenço, E. (2009) *O labirinto da saudade*, Lisboa: Gradiva.

Machado, J. C. O. (2006) *A Peregrinação: mito(s), símbolos, realidade e utopia, Dissertação de Mestrado em Ensino da Língua e Literatura Portuguesas*. [<http://tinyurl.com/2eaxzdu>, acedido em 16/11/2010].

Margarido, M. (2010) *Zeinal Bava... uma aposta na portugalidade*. [<http://tinyurl.com/24clb6v>, acedido em 5/11/2010].

Martins, M. L. (1990) *O olho de Deus no discurso salazarista*, Porto: Afrontamento.

Martins, M. L. (1996) *Para uma inversa navegação – o discurso da identidade*, Porto: Afrontamento.

Martins, M. L. (2009) *O Catolicismo e a Construção da Identidade Nacional*. [<http://tinyurl.com/29rxse7>, acedido em 5/11/2010].

Matos, J. M. (2001) 'A Literatura de Viagens Inglesa e Portuguesa: de ausências e visibilidades' in *IV Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada*. [<http://tinyurl.com/2aak427>, acessido em 20/11/2010].

Mattoso, J. (1985) *O essencial sobre a formação da Nacionalidade*, Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.

Morales, J. (2010) 'Escrever o infinito' (entrevista com Miguel Real), *Os meus livros (Dezembro)*, pp. 21-24

Moreira, T. (S/D) *Identidade Cultural Portuguesa*. [<http://tinyurl.com/2eubr9q>, acessido em 10/11/2010].

Nolasco, A. (2004) 'A ironia e o grotesco na obra de Paula Rego' in Rosengarten, R. (Ed.) (2004) *Compreender Paula Rego – 25 perspectivas*, Porto: Fundação de Serralves/Jornal "Público", pp. 144-148.

Oliveira, L. L. (2004) 'Sonho-realidade do império colonial português' [On line] *História, Ciências, Saúde - Manguinhos, Rio de Janeiro*, vol. 11(1):195-200, jan.-abr. [<http://tinyurl.com/2ftjx7f>, acessido em 18/11/2010].

Pascoaes, T. (1998) *A saudade e o saudosismo*, Lisboa: Assírio & Alvim.

Patrício, M. F. (S/D) *A identidade nacional num mundo intercultural*. [<http://tinyurl.com/29kbc9o>, acessido em 23/11/2010].

Peixoto, M. F. F. C. (2009) *(Des)construções Sociocríticas da (Pós-)colonialidade Romance português e angolano das décadas de 80 e 90*, Tese de Doutoramento em Línguas e Literaturas Modernas, Especialidade de Literatura Comparada, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. [<http://tinyurl.com/253j4pt>, acessido em 28/11/2010].

Pinto, M. J. (S/D) *Portugalidade: Turismo Cultural em Português*. [<http://tinyurl.com/2dzrtak>, acedido em 5/11/2010].

Pires, J. C. (1977) *E agora, José?*, Lisboa: Moraes Editores.

Real, M. (1998) *Portugal – Ser e representação*, Algés: Difel.

Rosas, F. (1994), 'O Estado Novo (1926-1974)' in *História de Portugal* (dir. José Mattoso), 7º vol, Lisboa: Círculo de Leitores.

Rosengarten, R. (2009) *Contrariar, Esmagar, Amar - A Família e o Estado Novo na obra de Paula Rego*, Lisboa: Assírio & Alvim.

Salazar, A. de O. (1961) *Discursos e notas políticas, vol.2*, Coimbra: Almedina.

Santos, B. S. (1994) *Pela mão de Alice – O social e o político na pós-modernidade*, Porto: Edições Afrontamento.

Saraiva, A. J. (1981) *A cultura em Portugal. Teoria e História, livro I: Introdução geral à cultura portuguesa*, Lisboa: Livraria Bertrand.

Sena, J. (1980) *Trinta Anos de Camões, 1948-1978 (Estudos Camonianos e Correlatos)*, Lisboa: Edições 70.

Silva, A. S. & Jorge, V. O. (orgs.) (1993) *Existe uma Cultura Portuguesa?*, colecção "História & Ideias", nº 6 (texto de mesa-redonda com várias personalidades, entre as quais Eduardo Lourenço, na Casa das Artes, no Porto, em 27/04/1992), Porto: Afrontamento.

Silva, C. M. T. (2009) 'A comunicação como estratégia política da Ditadura e da Democracia' [On line] *6º Congresso da SOPCOM*, pp. 3110-3121. [<http://tinyurl.com/2cr6zyl>, acedido em 23/11/2010].

Sousa, A. (1993) 'Entrevista com António Quadros' in A.A.V.V. (1993) *António Quadros*, Lisboa: Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, pp.71-81.

Spínola, A. (1973) *Por uma portugalidade renovada*, Lisboa: Ag. Geral do Ultramar.

<http://www.ciberduvidas.com>

<http://www.cienciahoje.pt>

<http://www.ionline.pt>

<http://www.parlamento.pt>

<https://www.ubi.pt>